

## **Apresentação da Moção de Censura ao XVIII Governo Constitucional**

***“Em defesa das Gerações Sacrificadas”***

**Francisco Louçã**

10 de Março de 2011

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

É hoje o primeiro dia em que uma moção de censura tem plena utilidade constitucional, determinando, se for aprovada, a demissão do governo e, assim, convidando a que o povo se pronuncie sobre as soluções para o país. Sim, só a democracia pode resolver a crise.

É por isso hoje que o Bloco de Esquerda traz à votação a sua moção de censura ao governo de José Sócrates. O arrastamento de alianças embaraçadas que têm como objectivo provocar a recessão e curar a economia pela via do desemprego e destruição do salário e pensões, é uma política pantanosa que dia após dia envergonha Portugal. No pântano, nem o governo confia no presidente nem o presidente confia no governo. E o país não confia nesta política da recessão e dos sacrifícios. Esta política tem que ser parada.

A razão primeira desta moção de censura é por isso a responsabilidade. Responsabilidade pelo país e por todos, mas antes de mais pelas gerações mais sacrificadas, os desempregados de longa duração e os jovens precários. Esses dois milhões de pessoas são os que cá dentro estão a ser expulsos de Portugal. Nenhum país sobrevive a este sectarismo social e a esta perseguição económica contra o seu povo. Que tem que ser parada.

A economia cruel destrói a vida dos que procuram emprego e encontram um governo obcecado com a facilitação dos despedimentos. A economia cruel despreza os jovens qualificados, cientistas e técnicos, a quem oferece recibos verdes a 500 euros. A economia cruel tem que ser parada.

Com esta moção de censura, a esquerda afirma que não pode ficar indiferente nem silenciosa perante o rompimento do contrato social, o apodrecimento da política, a incapacidade de governar, o desprezo pelos compromissos eleitorais.

Hoje ficará claro quem governa, como governa e para quem governa. E ficará mais claro ainda que a esquerda luta pelo país, luta pela liderança e luta pelas soluções.

Respondemos assim à crise nacional. Sim, eleições. Sim, a democracia. Sim, a coragem de soluções. A única alternativa que é insuportável é a degradação continuada da política.

Porque é isso que o primeiro-ministro vem hoje pedir à maioria que o suporta, do PS ao PSD e CDS: que o deixem

continuar a degradação da economia e da vida pública. Que amanhã tudo esteja na mesma.

Os resultados, no entanto, acusam esta política, que é sectária e incompetente, e chamo a atenção do parlamento para três desses resultados.

O primeiro resultado desta economia cruel é a recessão: este ano regressamos ao PIB de há cinco anos atrás. Mas mesmo no ano passado, em que o crescimento foi acima de 1%, foram perdidos mais 100 mil postos de trabalho. Estamos em recessão, como assinalou o governador do BdP.

E, no fim deste ano, teremos mais de 800 mil desempregados, poucos deles com subsídio. Precários são 1,9 milhões, a recibo verde, trabalho temporário e contrato a prazo: 9 em cada 10 novos trabalhos são precários, diz o BdP. Nenhum jovem, por mais qualificado que seja, tem hoje emprego em Portugal, mas o governo apresenta a sua solução: um fundo para financiar os despedimentos. Estamos a assistir ao desmantelamento do país.

O segundo resultado desta política é que os recursos públicos são desbaratados sem outro sucesso que não seja alimentar privilégios e incompetência. O governo é hoje a comissão liquidatária do Estado social: 509 mil famílias perderam o abono de família, 30 mil estudantes a bolsa para estudarem, milhares de desempregados com apoio mínimo para sobreviverem. Mas os 2 mil milhões usados para medidas anti-crise foram aplicados em 1% na criação de emprego mas em generosos 61% para acudir à finança. Se perguntarmos então se

temos um governo responsável, a resposta é evidente: temos um governo de facção ao sabor dos privilégios. Tem que ser parado.

O governo aplaude o sucesso dos quatro maiores bancos que se vangloriam de ter pago menos de 10% de IRC. O governo favorece a antecipação de dividendos para a fuga ao imposto. Cria regimes de excepção nas mais-valias. Organiza uma cosmética orçamental com o fundo de pensões da PT e, este ano, repetirá o gesto com os fundos de pensões da banca. É um governo de facção que sabota a recuperação económica de que precisamos para resistir à pressão externa.

Porque esse é o terceiro resultado desta política suicidária: aceitar a chantagem externa. É certo que Portugal não determina a União Europeia nem tem a força bastante para impor emissões de eurobonds para reorganizar os mercados financeiros. Mas nesta “União Europeia que vai de mal a pior” conduzida pelos “dislates da senhora Merkel”, como escreve Mário Soares, José Sócrates chama “momento histórico” ao dia em que o governo alemão enuncia o seu *diktat* sobre o aumento da idade da reforma ou sobre os orçamentos nacionais dos outros países. Ao aceitar entregar a Europa à senhora Merkel, o governo deixa cair o país.

Dizia ontem Jaime Gama que temos um BCE inexistente: será inexistente na resposta à crise mas é certamente pernicioso no ataque à economia – esse BCE cujas regras foram dogmaticamente definidas pelos governos que agora dele se queixam.

Esta agenda europeia quer modificar para todo o sempre o Estado social e confunde-se por isso com o FMI. É certo que, entre nós, a direita rejubila com a hipótese da tutela do FMI, pois assim

imporá a contratação sem contrato e o salário de subsistência que o PSD tem vindo a propor. E são muitos os dirigentes da direita e mesmo do PS que apelam a essa intervenção: urgente, imperativa, brutal.

Ora, os acordos entre o PS e o PSD têm sido a matriz do fracasso do governo e dessa intervenção. Adiantam a sua política. Precipitam as suas imposições. Condenam Portugal a uma recessão que, em efeito dominó, diminui a capacidade de pagamentos externos e por isso gera mais recessão.

Uma década perdida, dizia Cavaco Silva ontem. Sim, uma década perdida por governos PS e também PSD-CDS – e a direita aplaudiu, enlevada, como se estivesse esquecida de si própria, e do próprio homem que presidiu em concertação estratégica durante parte da década perdida – e agora uma economia perdida, que continua a destruir os seus recursos e a sua gente.

Ora, o acordo PS-PSD gerou o PEC1 garantindo que isso resolveria o problema dos juros da dívida soberana. Fizeram depois o PEC2 garantindo que resolveria os juros e corrigiria o PEC1. Fizeram depois o Orçamento para resolver os juros e corrigir o PEC1 e o 2. E já anunciam um novo PEC. Em todos eles, o ajustamento orçamental foi feito pelos cortes sociais e pela política do desemprego. Portugal ficou pior do que nunca e o governo quer continuar, com o apoio do PSD, prosseguindo na mesma política sacrificial.

“Há limites para os sacrifícios”, dizia ontem o presidente reempossado, o mesmo presidente que tutelou o acordo PS-PSD para o Orçamento. E a direita entusiasmou-se com o fervor de

quem assiste a uma aparição divina. Mas votou a redução dos salários e o aumento de impostos, sacrifícios. Votou os cortes no abono de família, sacrifícios. Quer menos investimento, sacrifícios. Sim, há limites, mas a direita passou todos os limites e hoje quer ultrapassar mais um: votará para que tudo fique na mesma, para que o governo prossiga metodicamente o desmantelamento do Estado social, a entrega dos hospitais aos privados, a venda das empresas públicas estratégicas, a facilitação dos despedimentos.

Acusamos por isso o governo de acordos degradantes com o PSD, não por falta de alternativa mas por escolha: é com a direita que se sacrifica o Estado social, com a esquerda defende-se o Estado social.

Eu sei que o primeiro-ministro subirá a esta tribuna para fulminar quem questiona a estabilidade destes acordos entre o PS e o PSD. Mas o país sabe a resposta: não há nenhuma estabilidade nessa política. Com a elegância em que são mestres, sucessivos dirigentes do PSD digladiam-se sobre os futuros golpes palacianos, sobre o momento de tirar o tapete ou, nas palavras sempre esclarecidas de Passos Coelho, de atacar o pote. Esta é a sua estabilidade: os tenores de um regime em apodrecimento acotovelam-se na esperança de se sucederem num governo que sacrifique o país.

Mas também não há estabilidade porque está a ser destruído o contrato eleitoral que empossou este governo para servir quem, enredado em calculismos baixos, conta com a degradação da economia e da vida social para se alvarar em salvador. Não nos enganamos: hoje, o PSD não é só a muleta parlamentar do Governo, é o governo que é a muleta política do PSD.

E a razão da Moção de Censura fica absolutamente confirmada: ela afirma que a política de que hoje precisamos traz a economia do emprego para o centro da decisão, exige democracia na vida social, mobiliza o país para resistir à chantagem, apresenta na Europa uma visão europeia e solidária contra a recessão.

Diz-nos o governo e dirá a direita: não há nada a fazer perante os mercados financeiros, o país desiste da sua voz, Portugal obedece. O Bloco de Esquerda está aqui para dizer ao país que não desistimos.

Não desistimos dos desempregados, não desistimos dos precários, não desistimos dos homens e mulheres que fazem tudo pelos outros, não desistimos da escola pública e do serviço nacional de saúde, não desistimos da protecção social que é condição da cidadania nem do pacto de solidariedade entre gerações. Não desistimos de uma reforma fiscal corajosa para poder corrigir o défice estrutural e acabar com os privilégios de quem não paga impostos, não desistimos do investimento para criar emprego. Não desistimos de uma economia soberana e de uma Europa solidária. Não desistimos.

A Censura vence hoje porque responde às dificuldades do país e condena a maioria de centro e de direita que governa para a recessão. E afirma que, no tempo de nevoeiro que vivemos, há uma esquerda que se compromete com a luta por soluções maioritárias para proteger o salário e acabar com a precarização que desvaloriza competências e diminui a economia.

O PS e o PSD agiram sempre como se fossem donos da política, ungidos de um direito inquestionável de condicionarem todas as decisões. Esse tempo, meus senhores, vai acabar. Porque os resultados são a década perdida, sacrifícios insuportáveis, injustiça escandalosa, uma parte da sociedade que acumula como se não houvesse amanhã, o empobrecimento geral da população.

Portugal fica pior cada dia que passa, todos os limites estão ultrapassados. Não há nada a esperar de quem quer que nada mude.

Mas há tudo a exigir à coragem que só a democracia pode fazer renascer.

Se a Moção de Censura for aprovada, a democracia venceu e decidirá.

Se a Moção de Censura for recusada, ouçam o que dirá o país na rua porque, onde está a democracia, ela vencerá.